

## O DISCURSO DA HISTÓRIA

A descrição formal dos conjuntos de palavras superiores à frase (a que se chamará, por comodidade, *discurso*) não data de hoje: de Górgias ao século XIX, foi objeto próprio da antiga retórica. Os desenvolvimentos recentes da ciência lingüística lhe dão, entretanto, nova atualidade e novos meios: talvez uma lingüística do discurso seja doravante possível; em razão de suas incidências na análise literária (cuja importância no ensino é conhecida), ela constitui mesmo uma das principais tarefas da semiologia.

Essa lingüística segunda, ao mesmo tempo que deve buscar os universais do discurso (se é que existem), sob forma de unidades e de regras gerais de combinação, deve evidentemente decidir se a análise estrutural permite conservar a antiga tipologia dos discursos, se ainda é legítimo opor o discurso poético ao discurso romanesco, a narrativa de ficção à narrativa histórica. A respeito desse último ponto é que se gostaria de propor aqui algumas reflexões: a narração dos acontecimentos passados, submetida comumente, em

nossa cultura, desde os gregos, à sanção da “ciência” histórica, colocada sob a caução imperiosa do “real”, justificada por princípios de exposição “racional”, essa narração difere realmente, por algum traço específico, por uma pertinência indubitável, da narração imaginária, tal como se pode encontrar na epopéia, no romance, no drama? E, se esse traço – ou essa pertinência – existir, em que lugar do sistema discursivo, em que nível da enunciação deverá colocar-se? Para tentar sugerir uma resposta a essa pergunta, observar-se-á aqui, de maneira livre, nada exaustiva, o discurso de alguns grandes historiadores clássicos, tais como Heródoto, Maquiavel, Bossuet e Michelet.

## 1. Enunciação

Em primeiro lugar, em que condições o historiador clássico é levado – ou autorizado – a designar, ele próprio, no seu discurso, o ato pelo qual o profere? Em outros termos, quais são, no nível do discurso – e não mais da língua –, os *shifters* (no sentido que Jakobson dá ao termo<sup>1</sup>) que permitem a passagem do enunciado à enunciação (ou inversamente)?

Parece que o discurso histórico comporta dois tipos regulares de embreantes. O primeiro tipo reúne o que se poderia chamar de embreantes de *escuta*. Essa categoria foi identificada, em nível de língua, por Jakobson, sob o nome de *testimonial* e sob a fórmula  $C^eCa^1/Ca^2$ : além do evento relatado ( $C^e$ ), o discurso menciona, ao mesmo tempo, o ato do informador ( $Ca^1$ ) e a palavra do enunciante que a ele se refere ( $Ca^2$ ). Esse *shifter* designa, então, toda

.....

1. R. Jakobson, *Essais de linguistique générale*, op. cit., cap. IX.

menção das fontes, dos testemunhos, toda referência a uma *escuta* do historiador, recolhendo um *alhures* do seu discurso e dizendo-o. A escuta explícita é uma escolha, pois é possível não se referir a ela; ela aproxima o historiador do etnólogo quando menciona o seu informante; encontra-se, pois, abundantemente esse *shifter* nos historiadores-etnólogos, como Heródoto. Suas formas são variadas: vão das incisivas do tipo *como ouvi dizer, pelo que é do nosso conhecimento*, ao presente do historiador, tempo que atesta a intervenção do enunciador, e a toda menção da experiência pessoal do historiador; é o caso de Michelet que “escuta” a História da França a partir de uma iluminação subjetiva (a revolução de julho de 1830) e menciona isso em seu discurso. O *shifter* da escuta não é, evidentemente, pertinente ao discurso histórico: encontramos-lo com frequência na conversação e em certos artifícios de exposição do romance (casos contados segundo certos informantes fictícios de que se faz menção).

O segundo tipo de *shifters* cobre todos os signos declarados pelos quais o enunciante, no caso o historiador, organiza o seu próprio discurso, retoma-o, modifica-o durante o percurso, enfim, dispõe pontos explícitos de referência. É um *shifter* importante, e os “organizadores” do discurso podem receber expressões variadas; podem reduzir-se todas, entretanto, à indicação de um movimento do discurso com relação à sua matéria, ou, mais exatamente, ao longo dessa matéria, um pouco à moda dos dêiticos temporais ou locativos *eis aquileis aí*; teremos então, com relação ao fluxo da enunciação: a imobilidade (*como dissemos acima*), a volta-acima (*altius repetere, replicare da più alto luogo*), a volta-abaixo (*ma ritornando all'ordine nostro, dico come...*), a parada (*sobre ele, nada acrescentaremos*), o anúncio (*eis as outras ações dignas de memória que ele praticou durante o seu reinado*). O *shifter* de organização coloca um problema importante, que não podemos mais do que indicar

aqui: o que nasce da coexistência, ou melhor, do atrito de dois tempos – o tempo da enunciação e o tempo da matéria enunciada. Esse atrito dá azo a importantes fatos de discurso; citaremos três. O primeiro remete a todos os fenômenos de aceleração da história; um mesmo número de “páginas” (se tal é a medida grosseira do tempo da enunciação) cobre lapsos de tempo variados (tempo da matéria enunciada): na *História de Florença*, de Maquiavel, a mesma medida (um capítulo) cobre aqui vários séculos e acolá uns vinte anos apenas; quanto mais nos aproximamos do tempo do historiador, mais forte se faz a pressão da enunciação, mais lentamente caminha a história; não há isocronia – o que é atacar implicitamente a linearidade do discurso e o que deixa transparecer um “paragramatismo” possível da palavra histórica<sup>2</sup>. O segundo fato lembra também, à sua maneira, que o discurso, embora materialmente linear, confrontado com o tempo histórico, tem por encargo, parece, aprofundar esse tempo: trata-se do que se poderia chamar de história em ziguezague ou denteada: assim, para cada personagem que aparece nas suas *Histórias*, Heródoto remonta aos ancestrais do recém-chegado, depois volta ao ponto de partida para continuar um pouco mais adiante – e recomeçar. Enfim, um terceiro fato de discurso, considerável, atesta o papel destrutor dos *shifters* de organização com relação ao tempo crônico da história: trata-se das inaugurações do discurso histórico, lugares onde se encontram o começo da matéria enunciada e o exórdio da enunciação<sup>3</sup>. O discurso da história conhe-

.....

2. Seguindo J. Kristeva (“Bakhtine, le mot, le dialogue et le roman”, *Critique*, nº 239, abril de 1967, pp. 438-465), designaremos sob o nome de paragramatismo (derivado dos Anagramas de Saussure) as escritas dúplices, que contêm um diálogo do texto com outros textos, e postulam uma nova lógica.

3. O exórdio (de todo discurso) coloca um dos problemas mais interessantes da retórica, na medida em que é codificação das rupturas de silêncio e luta contra a afasia.

ce, em geral, duas formas de inauguração: primeiro, o que se poderia chamar de abertura performativa, pois a palavra aí é verdadeiramente um ato solene de fundação; o seu modelo é poético, é o *eu canto* dos poetas; assim, Joinville começa a sua história com um apelo religioso (“*Em nome de Deus Todo-Poderoso, eu, Jehan, senhor de Joinville, faço escrever a vida de nosso Santo rei Luís*”), e o próprio socialista Louis Blanc não desdenha o *intróito* purificador<sup>4</sup>, de tal modo o princípio da fala mantém sempre algo de difícil – digamos de sagrado; em seguida, uma unidade muito mais corrente, o Prefácio, ato caracterizado de enunciação, seja prospectiva quando anuncia o discurso a seguir, seja retrospectiva quando o julga (é o caso do grande Prefácio com que Michelet coroou a sua *Histoire de la France*, uma vez que fora inteiramente terminada e publicada). A retomada dessas poucas unidades visa a sugerir que a entrada da enunciação no enunciado histórico, através dos *shifters* organizadores, tem por finalidade não tanto dar ao historiador possibilidade de exprimir a sua “subjetividade”, como geralmente se diz, quanto “complicar” o tempo crônico da história confrontando-o com outro tempo, que é o do próprio discurso, e que se poderia chamar, por condensação, o tempo-papel; em suma, a presença, na narração histórica, de signos explícitos de enunciação visaria a “descronologizar” o “fio” histórico e a reconstituir, mesmo a título de mera reminiscência ou nostalgia, um tempo complexo, paramétrico, de modo algum linear, cujo espaço profundo lembraria o tempo mítico das antigas cosmogonias, também ele ligado por essência à palavra do poeta ou do adivinho; os

.....

4. “Antes de tomar da pena, interroguei-me severamente e, como não encontrasse em mim nem afeições interessadas nem ódios implacáveis, pensei que poderia julgar os homens e as coisas sem faltar com a justiça e sem trair a verdade” (L. Blanc, *Histoire de dix ans*, Paris, Pagnerre, 1842, 6 vols.).

*shifters* de organização atestam, com efeito – mesmo por certas digressões de aparência racional –, a função preditiva do historiador: é na medida em que ele *sabe* o que ainda não foi contado que o historiador, tal qual o agente do mito, tem necessidade de duplicar o escoamento crônico dos acontecimentos por referências ao tempo próprio de sua palavra.

Os signos (ou *shifters*) de que se acabou de falar apenas dizem respeito ao próprio processo de enunciação. Há outros que já não mencionam o ato de enunciação, mas, na terminologia de Jakobson, os seus protagonistas (T<sup>a</sup>), destinatário ou enunciador. É fato notável e bastante enigmático não comportar o discurso literário, senão muito raramente, signos do “leitor”; pode-se até dizer que aquilo que o especifica é ser – aparentemente – um discurso sem *tu*, embora na realidade toda a estrutura desse discurso implique um “sujeito” da leitura. No discurso histórico, os signos de destinação estão geralmente ausentes: apenas serão encontrados quando a História se dá como uma lição; é o caso da *História universal*, de Bossuet, discurso endereçado nomeadamente pelo preceptor ao príncipe, seu aluno; mesmo assim, esse esquema só é possível, de certo modo, na medida em que o discurso de Bossuet se considera como reproduzindo homologicamente o discurso que o próprio Deus mantém com os homens, precisamente sob forma da História que lhes dá: é porque a História dos homens é a Escritura de Deus que Bossuet, mediador dessa escritura, pode estabelecer uma relação de destinação entre o jovem príncipe e ele.

Os signos do enunciador (ou destinador) são evidentemente muito mais freqüentes; devemos arrolar, nesse caso, todos os fragmentos de discurso em que o historiador, sujeito vazio da enunciação, vai-se pouco a pouco enchendo de predicados variados destinados a fundá-lo como uma *pessoa*, provida de uma plenitude

psicológica, ou ainda (o termo é preciosamente repleto de imagens) de uma *continência*. Assinalar-se-á aqui uma forma particular desse “preenchimento”, que diz respeito mais diretamente à crítica literária. Trata-se do caso em que o enunciador entende “ausentar-se” do seu discurso e em que há, conseqüentemente, carência sistemática de qualquer signo que remeta ao emissor da mensagem histórica: a história parece contar-se sozinha. Esse acidente tem uma carreira considerável, pois que corresponde de fato ao discurso histórico dito “objetivo” (em que o historiador jamais intervém). Na realidade, nesse caso, o enunciador anula a sua pessoa passional, mas a substitui por outra pessoa, a pessoa “objetiva”: o sujeito subsiste em sua plenitude, mas como sujeito objetivo; é o que Fustel de Coulanges chamava significativamente (e com bastante singeleza) de “castidade da História”. Em nível de discurso, a objetividade – ou carência dos signos do enunciante – aparece assim como uma forma particular de imaginário, o produto do que se poderia chamar de ilusão referencial, visto que o historiador pretende deixar o referente falar por si só. Essa ilusão não é exclusiva do discurso histórico: quantos romancistas – na época realista – imaginam ser “objetivos” porque suprimem no discurso os signos do *eu*! A lingüística e a psicanálise conjugadas deixam-nos hoje muito mais lúcidos com relação a uma enunciação privativa: sabemos que as carências dos signos são também significantes.

Para terminar rapidamente com a enunciação, temos de mencionar o caso particular – previsto por Jakobson, em nível de língua, na tabela de seus *shifters* – em que o enunciador do discurso é ao mesmo tempo participante do processo enunciado, em que o protagonista do enunciado é o mesmo protagonista da enunciação ( $T^e/T^a$ ), em que o historiador, ator quando do evento, dele se torna o narrador: é o caso de Xenofonte, participante da retirada

dos Dez Mil e dela se tornando depois o historiador. O exemplo mais ilustre dessa conjunção do *eu* enunciado com o *eu* enunciante é, sem dúvida, o *ele* de César. Esse célebre *ele* pertence ao enunciado; quando César se torna explicitamente enunciante, passa ao *nós* (*ut supra demonstravimus*). O *ele* cesariano mostra-se, à primeira vista, mergulhado em meio aos outros participantes do processo enunciado e, por causa disso, viu-se nele o signo supremo da objetividade; parece, entretanto, poder-se diferenciá-lo formalmente. Como? Observando que os seus predicados são constantemente selecionados: o *ele* cesariano só suporta certos sintagmas que poderíamos chamar de sintagmas do chefe (*dar ordens, reunir e presidir assembléias, visitar, mandar fazer, felicitar, explicar, pensar*), muito próximos, de fato, de certos performativos em que a palavra se confunde com o ato. Há outros exemplos deste *ele*, ator passado e narrador presente (particularmente em Clausewitz): mostram que a escolha do pronome apessoal não passa de um alibi retórico e que a verdadeira situação do enunciante se manifesta na escolha dos sintagmas com que cerca os seus atos passados.

## 2. Enunciado

O enunciado histórico deve prestar-se a um recorte destinado a produzir unidades do conteúdo, que se poderá classificar em seguida. Essas unidades do conteúdo representam aquilo de que fala a história; como significados, não são nem o referente puro nem o discurso completo: o conjunto delas é constituído pelo referente delineado, nomeado, já inteligível, mas ainda não submetido a uma sintaxe. Não se empreenderá aqui a tarefa de aprofundar essas classes de unidades, o trabalho seria prematuro; limitar-nos-emos a algumas observações prévias.



O enunciado histórico, assim como o enunciado frásico, comporta “existentes” e “ocorrentes”, seres, entidades e seus predicados. Ora, um primeiro exame deixa prever que uns e outros (separadamente) podem constituir listas relativamente fechadas, por conseguinte passíveis de dominar, em suma, *coleções*, cujas unidades acabam por repetir-se mediante combinações evidentemente variáveis; assim, em Heródoto, os existentes reduzem-se a dinastias, príncipes, generais, soldados, povos e lugares; e os ocorrentes, a ações tais como devastar, submeter, aliar-se, fazer uma expedição, reinar, lançar mão de um estratagema, consultar o oráculo, etc. Sendo essas coleções (relativamente) fechadas, devem oferecer-se a certas regras de substituição e de transformação, e deve ser possível estruturá-las – tarefa de maior ou menor dificuldade, evidentemente, conforme os historiadores; as unidades herodotianas, por exemplo, dependem, em linhas gerais, de um único léxico, o da guerra; seria uma questão de saber se, para os historiadores modernos, devem-se esperar associações mais complexas de léxicos diferentes e se, mesmo nesse caso, o discurso histórico não é sempre fundamentado, finalmente, em coleções fortes (é melhor falar de *coleções*, não de *léxicos*, pois ficamos aqui apenas no plano do conteúdo). Maquiavel parece ter tido a intuição dessa estrutura: no início de sua *História de Florença*, ele apresenta a sua “coleção”, isto é, a lista dos objetos jurídicos, políticos, étnicos, que serão a seguir mobilizados e combinados na sua narração.

No caso de coleções mais fluidas (em historiadores menos arcaicos do que Heródoto), as unidades do conteúdo podem, todavia, receber uma estruturação forte não do léxico, mas da temática pessoal do autor; tais objetos temáticos (recorrentes) são numerosos num historiador romântico como Michelet; mas podemos perfeitamente encontrá-los em autores tidos como intelectuais:

em Tácito, a *fama* é uma unidade pessoal, e Maquiavel assenta a sua história em uma oposição temática, a do *mantenere* (verbo que remete à energia fundamental do homem de governo) ao *ruinare* (que, ao contrário, implica uma lógica da decadência das coisas)<sup>5</sup>. Escusado dizer que, através dessas unidades temáticas, o mais das vezes prisioneiras de uma palavra, reencontramos unidades do discurso (e não mais apenas do conteúdo); atingimos assim o problema da denominação dos objetos históricos: a palavra pode economizar uma situação ou uma seqüência de ações; ela favorece a estruturação na medida em que, projetada em conteúdo, ela própria é uma pequena estrutura; assim Maquiavel se serve da *conjuração* para economizar a explicação de um dado complexo, designando a única possibilidade de luta que subsiste quando um governo é vitorioso de todas as inimizades declaradas abertamente. A denominação, ao permitir uma articulação forte do discurso, reforça-lhe a estrutura; as histórias fortemente estruturadas são histórias substantivas: Bossuet, para quem a história dos homens é estruturada por Deus, usa abundantemente das seqüências de condensados substantivos<sup>6</sup>.

Essas observações dizem respeito tanto aos ocorrentes quanto aos existentes. Os próprios processos históricos (seja qual for o seu desenvolvimento terminológico) levantam – entre outros – um problema interessante: o de seu estatuto. O estatuto de um processo pode ser assertivo, negativo, interrogativo. Ora, o estatuto do discurso histórico é uniformemente assertivo, constativo; o

.....

5. Cf. E. Raimondi, *Opere di Niccolò Macchiavelli*, Milão, Ugo Mursia, 1966.

6. Exemplo: “Nisto se vê, antes de tudo, a inocência e a sabedoria do jovem José...; seus sonhos misteriosos...; seus irmãos enciumados...; a venda desse grande homem...; a fidelidade que ele mantém para com o seu amo...; sua castidade admirável; as perseguições que ela lhe atrai; sua prisão e sua constância...” (Bossuet, *Discours sur l’Histoire universelle*, in *Oeuvres*, Paris, Gallimard, “Bibl. de La Pléiade”, 1961, p. 674).

fato histórico está ligado lingüisticamente a um privilégio de ser: conta-se o que foi, não o que não foi ou o que foi duvidoso. Enfim, o discurso histórico desconhece a negação (ou conhece raramente, de maneira excêntrica). Esse fato pode ser curiosamente – mas significativamente – posto em confronto com a disposição que se encontra num enunciante bem diferente do historiador, que é o psicótico, incapaz de aplicar a um enunciado uma transformação negativa<sup>7</sup>; pode-se dizer que, em certo sentido, o discurso “objetivo” (é o caso da história positivista) alcança a situação do discurso esquizofrênico; num caso como no outro, há censura radical da enunciação (cujo sentimento, e só ele, permite a transformação negativa), refluxo maciço do discurso para o enunciado e mesmo (no caso do historiador) para o referente: ninguém está presente para assumir o enunciado.

Para abordar um outro aspecto, essencial, do enunciado histórico, há que se dizer uma palavra sobre as classes de unidade do conteúdo, e sua sucessão. Essas classes são, ao que indica uma primeira sondagem, as mesmas que se acreditou poder descobrir na narrativa de ficção<sup>8</sup>. A primeira classe cobre todos os segmentos do discurso que remetem a um significado implícito, segundo um processo metafórico; assim, Michelet descreve o multicolorido dos trajes, a alteração dos brasões e a mistura dos estilos arquitetônicos, no começo do século XV, como significantes de um significado único: a divisão moral da Idade Média que está terminando; essa classe é, então, a dos índices, ou, mais exatamente, dos signos (é uma classe muito abundante no romance clássico). A se-

.....

7. L. Irigaray, “Négation et transformation négative dans le langage des schizophrènes”, *Langages*, nº 5, março de 1967, pp. 84-98.

8. Cf. “Introduction à l’analyse structurale du récit”, *Communications*, nº 8, novembro de 1966. (Retomado na col. “Points Essais” Ed. du Seuil, 1981.)

gunda classe de unidades é constituída pelos fragmentos do discurso de natureza arrazoadora, silogística, ou, mais exatamente, entimemática, pois que se trata quase sempre de silogismos imperfeitos, aproximativos<sup>9</sup>. Os entimemas não são propriedade do discurso histórico; são freqüentes no romance, onde as bifurcações do entrecho são, em geral, justificadas aos olhos do leitor por pseudo-arrazoados de tipo silogístico. O entimema dispõe no discurso histórico um inteligível não simbólico, e é nisso que é interessante: subsiste ele nas histórias recentes, cujo discurso tenta romper com o modelo clássico, aristotélico? Enfim, uma terceira classe de unidades – e não a menor – recebe aquilo a que se chama, desde Propp, as “funções” da narrativa, ou pontos cardeais de onde o enredo pode tomar um andamento diferente; essas funções agrupam-se sintagmaticamente em segmentos fechados, logicamente saturados, ou seqüências; assim, em Heródoto, encontra-se, repetidas vezes, uma seqüência *Oráculo*, composta de três termos, dos quais cada um é alternativo (consultar ou não, responder ou não, seguir ou não), e que podem ser separados uns dos outros por outras unidades estranhas à seqüência: essas unidades ou são termos de outra seqüência, e o esquema é então de imbricação, ou são expansões menores (informações, índices), e o esquema é então o de uma catálise que preenche os interstícios dos núcleos.

Generalizando – talvez abusivamente – essas poucas observações sobre a estrutura do enunciado, pode-se sugerir que o discurso histórico oscila entre dois pólos, segundo a densidade respectiva de seus índices e funções. Quando as unidades indiciais, num historiador, predominam (remetendo a cada instante a um significa-

.....  
9. Eis o esquema silogístico de uma passagem de Michelet (*Histoire du Moyen Age*, t. III, liv. VI, cap. II): 1) Para desviar o povo da revolta, é preciso ocupá-lo. 2) Ora, o melhor meio é lançar-lhe um homem. 3) Portanto, os príncipes escolheram o velho Aubriot, etc.

do implícito), a História é levada para uma forma metafórica e se avizinha do lírico e do simbólico: é o caso, por exemplo, de Michelet. Quando, pelo contrário, são as unidades funcionais as predominantes, a História toma uma forma metonímica, aparenta-se à epopéia: poder-se-ia dar como exemplo puro dessa tendência a história narrativa de Augustin Thierry. Existe, para dizer a verdade, uma terceira História: aquela que, pela estrutura do discurso, tenta reproduzir a estrutura das escolhas vividas pelos protagonistas do processo relatado; nela predominam os raciocínios; é uma história reflexiva, a que se pode chamar ainda história estratégica, e Maquiavel seria o seu melhor exemplo.

### **3. Significação**

Para que a História não signifique, é necessário que o discurso se limite a uma pura série inestruturada de anotações: é o caso das cronologias e dos anais (no sentido puro do termo). No discurso histórico constituído (“forrado”, poderíamos dizer), os fatos relatados funcionam irresistivelmente quer como índices, quer como núcleos cuja seqüência mesma tem valor indicial; e, mesmo quando os fatos fossem apresentados de maneira anárquica, eles significariam pelo menos a anarquia e remeteriam a certa idéia negativa da história humana.

Os significados do discurso histórico podem ocupar pelo menos dois níveis diferentes. Há primeiro um nível imanente à matéria enunciada; esse nível detém todos os sentidos que o historiador dá voluntariamente aos fatos que relata (o multicolorido dos trajes do século XV para Michelet, a importância de certos conflitos para Tucídides, etc.); dessa espécie podem ser as “lições”, ou

morais ou políticas, que o narrador tira de certos episódios (Maquiavel, Bossuet). Se a “lição” é contínua, atinge-se um segundo nível, o de um significado que transcende a todo o discurso histórico, transmitido pela temática do historiador, que se tem direito de identificar à forma do significado; assim, a imperfeição mesma da estrutura narrativa em Heródoto (nascida de certas *séries* de fatos sem fechamento) remete finalmente a certa filosofia da História, que é a disponibilidade do mundo dos homens sob a lei dos deuses; assim também, em Michelet, a estruturação fortíssima dos significados particulares, articulados em oposições (antíteses no nível do significante), tem como sentido final uma filosofia maniqueísta da vida e da morte. No discurso histórico da nossa civilização, o processo de significação visa sempre a “preencher” o sentido da História: o historiador é aquele que reúne menos fatos do que significantes e os relata, quer dizer, organiza-os com a finalidade de estabelecer um sentido positivo e de preencher o vazio da série pura.

Como se vê, por sua própria estrutura e sem que haja necessidade de recorrer à substância do conteúdo, o discurso histórico é essencialmente elaboração ideológica, ou, para ser mais preciso, *imaginário*, se é verdade que o imaginário é a linguagem pela qual o enunciante de um discurso (entidade puramente lingüística) “preenche” o sujeito da enunciação (entidade psicológica ou ideológica). Compreende-se daí que a noção de “fato” histórico tenha muitas vezes suscitado, aqui e ali, certa desconfiança. Já dizia Nietzsche: “Não existe fato em si. É sempre preciso começar por introduzir um sentido para que haja um fato.” A partir do momento em que a linguagem intervém (e quando não interviria?), o fato só pode ser definido de maneira tautológica: o notado procede do

notável, mas o notável não é – desde Heródoto, quando a palavra perdeu a sua acepção mítica – senão aquilo que é digno de memória, isto é, digno de ser notado. Chega-se assim a esse paradoxo que pauta toda a pertinência do discurso histórico (com relação a outros tipos de discurso): o fato nunca tem mais do que uma existência lingüística (como termo de um discurso), e, no entanto, tudo se passa como se essa existência não fosse senão a “cópia” pura e simples de uma outra existência, situada num campo extra-estrutural, o “real”. Esse discurso é, sem dúvida, o único em que o referente é visado como exterior ao discurso, sem que nunca seja, entretanto, possível atingi-lo de fora do discurso. Faz-se, pois, necessário indagar com mais precisão qual o lugar do “real” na estrutura discursiva.

O discurso histórico supõe, se assim se pode dizer, uma dupla operação, bastante arrevesada. Num primeiro momento (essa decomposição não é, evidentemente, mais que metafórica), o referente é destacado do discurso, fica-lhe exterior, fundador, é considerado como seu regulador: é o tempo das *res gestae*, e o discurso se dá simplesmente como *história rerum gestarum*; mas, num segundo momento, é o próprio significado que é rechaçado, confundido no referente; o referente entra em relação direta com o significante e o discurso, encarregado apenas de *exprimir* o real, acredita fazer a economia do termo fundamental das estruturas imaginárias, que é o significado. Como todo discurso de pretensão “realista”, o da história acredita conhecer apenas um esquema semântico de dois termos, o referente e o significante; a confusão (ilusória) do referente com o significado define, como se sabe, os discursos *sui-referenciais*, como o discurso performativo; pode-se dizer que o discurso histórico é um discurso performativo com trucagem, em



que o constativo (o descritivo) aparente não é de fato mais do que o significante do ato de palavra como ato de autoridade<sup>10</sup>.

Em outros termos, na história “objetiva”, o “real” nunca é mais do que um significado não formulado, abrigado atrás da onipotência aparente do referente. Essa situação define o que se poderia chamar de *efeito do real*. A eliminação do significado para fora do discurso “objetivo”, deixando confrontar-se aparentemente o “real” com sua expressão, não deixa de produzir um novo sentido, tanto é verdade, uma vez mais, que, num sistema, toda carência de elemento é ela própria significante. Esse novo sentido – extensivo a todo o discurso histórico e que finalmente define a sua pertinência – é o próprio real, transformado subrepticamente em significado vergonhoso: o discurso histórico não acompanha o real, não faz mais do que significá-lo, repetindo continuamente *aconteceu*, sem que essa asserção possa ser jamais outra coisa que não o reverso significado de toda a narração histórica.

O prestígio do *aconteceu* tem uma importância e uma amplitude verdadeiramente históricas. Há um gosto de toda a nossa civilização pelo efeito de real, atestado pelo desenvolvimento de gêneros específicos como o romance realista, o diário íntimo, a literatura de documento, o *fait divers*, o museu histórico, a exposição de objetos antigos, e principalmente o desenvolvimento maciço da fotografia, cujo único traço pertinente (comparada ao desenho) é precisamente significar que o evento representado *real-*

.....

10. Thiers exprimiu com muita pureza e singeleza essa ilusão referencial, ou essa confusão do referente com o significado, fixando assim o ideal do historiador: “Ser simplesmente verdadeiro, ser o que são as próprias coisas, não ser nada mais do que elas, nada ser senão por elas, como elas, tanto quanto elas.” (Citado por C. Jullian, *Historiens français du XIX<sup>e</sup> siècle*, Paris, Hachette, s.d., p. LXIII.)



mente se deu<sup>11</sup>. Secularizada, a relíquia nada mais detém de sagrado, a não ser esse sagrado mesmo que está ligado ao enigma daquilo que foi, que já não é e que se dá, no entanto, a ler como signo presente de uma coisa morta. Inversamente, a profanação das relíquias é de fato destruição do próprio real, a partir dessa intuição de que o real nunca é mais do que um sentido, revogável quando a história o exige e pede uma verdadeira subversão dos próprios fundamentos da civilização<sup>12</sup>.

Por recusar assumir o real como significado (ou ainda destacar o referente de sua simples asserção), compreende-se que a história tenha chegado, no momento privilegiado em que tentou constituir-se em gênero, isto é, no século XIX, a ver na relação “pura e simples” dos fatos a melhor prova desses fatos, e instituir a narração como significante privilegiado do real. Augustin Thierry fez-se teórico dessa história narrativa, que busca a sua “verdade” no cuidado mesmo com a narração, na arquitetura de suas articulações e na abundância de suas expansões (chamadas, no caso, de “pormenores concretos”<sup>13</sup>. Fecha-se, assim, o círculo paradoxal: a estrutura narrativa, elaborada no cadinho das ficções (através dos mitos e das primeiras epopéias), torna-se, a uma só vez, signo e prova da realidade. Assim, compreende-se que o apagamento (se

.....

11. Cf. “La rhétorique de l’image”, *Communications*, nº 4, novembro de 1964. (Retomado em *L’Obvie et l’Obtus*, 1982. Cf. também *La chambre claire*, 1980. [Nota do editor francês.]

12. É o sentido que se deve dar, sem dúvida, além de qualquer subversão propriamente religiosa, ao gesto dos Guardas Vermelhos ao profanarem o templo do lugar onde nasceu Confúcio (janeiro de 1967); lembremos que a expressão “revolução cultural” traduz, muito mal, “destruição dos fundamentos da civilização”.

13. “Foi dito que o objetivo do historiador era contar, não provar; não sei, mas estou certo de que em história o melhor gênero de prova, o mais capaz de tocar e de convencer os espíritos, o que permite o menor grau de desconfiança e deixa menos dúvidas, é a narração completa...” (A. Thierry, *Récit des temps mérovingiens*, vol. II, Paris, Furne, 1851, p. 227.)

não o desaparecimento) da narração na ciência histórica atual, que procura falar das estruturas mais do que das cronologias, implica muito mais do que uma simples mudança de escola: uma verdadeira transformação ideológica; a narração histórica morre porque o signo da História é doravante menos o real do que o inteligível.

1967, *Informação sobre as ciências sociais*.